

EM TORNO DAS RELAÇÕES DE SENTIDO: A PRODUÇÃO DE METÁFORAS DE REFERÊNCIA PARA A CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE LÍNGUA¹

Mariângela Peccioli Galli Joanelho

UEL

RESUMO: Mariângela Joanelho apresenta as discussões do gramático francês Dumarsais no século XVIII sobre os tropos e as relações de sentido na linguagem. Estas discussões mostram, na visão deste autor, o papel constitutivo da metáfora nas línguas. Este caráter constitutivo é, em seguida, apresentado de uma perspectiva enunciativa em uma análise de metáforas como suporte material dos processos discursivos que constituem o sentido de língua nacional em artigos jornalísticos brasileiros do início do século XX.

ABSTRACT: Mariângela Joanelho presents the discussions of French grammarian Dumarsais in the 18th century on tropes and semantic relations in language. These discussions show, in this author's view, the constitutive role metaphor plays in languages. This constitutive character is then presented from an enunciative perspective in an analysis of metaphors as the material support of the discursive processes that constitute the meaning of national language in Brazilian journalistic articles from the beginning of the 20th century.

Toda a experiência em que se manifesta uma subjetividade envolve modos historicamente peculiares de se fazer a experiência de si. Isto seria o que configura o processo de subjetivação: não existe constituição do sujeito sem subjetivação. E esta experiência não se faz sem se passar pela linguagem.

As pesquisas em história da idéias lingüísticas têm nos mostrado que a linguagem pode ser explicada na base das descrições e representações da construção do saber lingüístico em suas relações com os saberes sociais, de um ponto de vista histórico. A compreensão do modo de funcionamento do processo metafórico pode ser uma das formas de se atingir a historicidade da língua e o estudo desta historicidade.

Tenho me dedicado de modo direto à tarefa de estudar a instanciação do sentido metafórico desde a pesquisa de mestrado, concluída em 1996. Mais recentemente, em minha tese de doutorado defendida em 2005, e já como parte de meus estudos no Projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil”, procurei discutir o fenômeno da constituição do sentido metafórico e sua relação com a memória nas discussões que envolvem a formulação do conceito de língua nacional e, conseqüentemente, na configuração do processo identitário.

Veremos que a metáfora é uma memória que se apresenta em todos estes diversos textos. E, como memória, “lembra e esquece e abre caminho para a mudança” (Guimarães, 1998, p. 88). Veremos, também, no caso dos textos que apresentaremos, que o sentido é uma relação do *corpo* com as palavras na *língua*. O que permite o deslocamento das designações entre o corpo e a língua é, como mostraremos a seguir, o efeito sobre os enunciados de construções metafóricas que aparecem no texto em um movimento constante de retomadas e reconfigurações construindo, para a língua, uma modalidade de existência particularizante, que opera a sua institucionalização.

Na tentativa de oferecer uma compreensão adequada do processo metafórico e também da forma como este processo introduz uma temporalidade na atividade linguageira, passo a enumerar, apresentar e comentar rapidamente algumas teses do gramático francês do século XVIII, César Chesneau Dumarsais, produzidas em seu *Des tropes ou des différents sens*, publicado, pela primeira vez, em 1730, em Paris.

As figuras de significação ou tropos estão no centro de sua reflexão teórica. O tropo é para ele um fato de discurso, mas que não tem outra existência que não seja fora da gramática ou, mais especificamente, fora das relações entre os elementos da língua. Passemos então a enunciar suas teses.

Primeira tese: O sujeito é o legitimador dos sentidos da língua

Dumarsais propõe a seguinte definição para a metáfora:

La métaphore est une figure par laquelle on transporte, pour ainsi dire, la signification propre d'un mot à une autre signification qui ne lui convient qu'en vertu d'une comparaison qui est dans l'esprit. Un mot pris dans un sens métaphorique perd sa signification propre, et prend une nouvelle qui ne se présente à l'esprit que par la comparaison que l'on fait entre le sens propre de ce mot, et ce qu'on lui compare. (Dumarsais:1988, p.135)

De certa maneira, para o autor, o sentido próprio recobre o literal e o sentido espiritual estaria ligado ao literal, na medida em que todo o transporte (de um sentido a outro) se faz por meio de uma comparação que está no espírito, numa “vontade” individual. Há um engendramento que existe entre sentidos que estão garantidos na língua e um desejo do locutor. Isso faz com que Détrie afirme que a contribuição fundamental de Dumarsais seja esta de colocar precisamente o papel do sujeito falante na emergência do fato metafórico. Assim, a autora explica:

(...) la métaphore n’a d’existence que par la volonté d’un sujet parlant de travailler la signification d’un mot et de la modifier en fonction “d’une comparaison qui est dans l’esprit” de celui qui sollicite une expression métaphorique. Il enrichit ensuite sa réflexion en mettant en relief le rôle de la syntaxe dans le fait métaphorique. Ce deux points n’avaient pas été précisément envisagés avant lui. (Détrie, 2001, p.48)

Mas resta ainda, na perspectiva de Dumarsais, um caráter de transporte de sentido para a metáfora, isto é, para ele, a metáfora é descrita em termos de uma transferência de significação, que se faz no “espírito” do locutor.

A distinção entre sentido literal e sentido próprio se faz na medida em que o primeiro se define, como a significação que a palavra apresenta *imediatamente* ao espírito daquele que conhece a língua. Haveria então uma relação constitutiva entre os dois sentidos, algo que se definiria como se o sentido literal fosse uma significação que passasse necessariamente pelo locutor e o sentido próprio dissesse respeito ao sentido lexicalizado, na medida em que a anterioridade (a literalidade) se faria no “espírito” do falante, sujeito legitimador dos sentidos da língua. O “constitutivo”, nesse caso, designaria, então, não uma constituição dada, mas um processo de instauração.

Isso acontece porque, para Dumarsais, o sentido figurado funciona de forma que faz parte da “vontade” do locutor na expressão de suas idéias, de seus enunciados. Catherine Détrie (*idem*, p.45) chama a atenção para isso, quando comenta que, para Dumarsais,

(...) le choix du trope correspond de la part du locuteur à une volonté d’adéquation maximale entre la volonté de dire et de la façon dont il le dit.

Isto é, ainda como propõe a autora, o efeito do tropo em Dumarsais é o de revelar uma idéia principal, por meio de qualquer outra idéia acessória, de dar *mais energia* às nossas expressões, de *ornamentar* o

discurso e de *torná-lo mais nobre*; enfim o tropo permite enriquecer a língua, *multiplicando o uso de uma mesma palavra*. Ou seja: O sentido, para ele, é algo que se faz na relação entre a vontade do sujeito (o desejo individual de significar) e a sintaxe da língua.

Segunda tese: Todos os fenômenos semânticos podem ser explicados relativamente à teoria das figuras

O quadro estabelecido por Dumarsais sobre a relação entre as figuras e a realidade apresenta a formulação de uma *teoria da significação*, pois suas hipóteses se voltam para conceber em toda língua a existência de um conjunto de ligações entre sons-idéias, a partir do qual todos os fenômenos semânticos podem ser explicados relativamente à teoria das figuras; assim, a teoria dos Tropos estaria construída de tal maneira que só valeria se pudesse ser explicada a partir desses princípios. Vemos então Dumarsais fazer avançar questões da ordem e do funcionamento da linguagem e das línguas. Sabemos que estas questões são trazidas por outras teorias, não pelas mesmas vias, mas por vias que se resvalam e se tocam, por pontos de sentido (o efeito metafórico de Pêcheux, os eixos metafórico e metonímico de Jakobson e de Milner) e, por que não, de não-sentido (o nonsense de Lacan), por pontos instauradores das questões da significação, que trazem consigo múltiplos usos e múltiplas potencialidades passíveis de inúmeros enriquecimentos para o que envolve a conhecida fórmula *qualquer coisa colocada no lugar de uma outra*.

Esta segunda tese está estreitamente relacionada a uma terceira e última, que formularemos da seguinte maneira:

Terceira tese: Existe um arbitrário semântico fundador das relações de sentido na linguagem

Para falar deste arbitrário semântico, tomaremos as considerações de Aurox (1979), em *La sémiotique des encyclopedistes*. Nesta obra, o filósofo discute amplamente as formulações do gramático sobre a teoria das figuras relacionada ao estudo genético da língua – ou seja, ao seu funcionamento na gramática, e nas redes parafrásticas estabelecidas pela tradução.

Assim, para Aurox, ao arbitrário da teoria da significação, a teoria dos Tropos inclui algo como se fosse um contraditório fundador das relações de significação, isto é, um *arbitrário semântico*, de forma que, pela via dos Iluministas, dizer que uma palavra ou uma expressão muda de sentido, significa dizer que ela *designa uma idéia que não é a sua significação*, seu sentido próprio. Enfim, qualquer que seja a situação,

a teoria das figuras limita os efeitos do arbitrário semântico que ela permite descrever, a partir do que o autor chama de *efeito de sentido da figura*, produzido com base nas relações entre designação, tradução e paráfrase, operações que preservariam esse arbitrário semântico. Nas palavras do autor:

Du moment qu'on admet l'universalité des idées, comme représentations du monde et comme significations du langage, cette équivalence est préservée lors de la traduction. Soit qu'une expression manque et qu'on la rende par une paraphrase, soit qu'on traduise le sens propre d'un terme par l'emploi figuré d'un terme qui n'a pas le même sens propre, le Trope préserve em chaque cas l'identité de ce dont on parle. (...) La traduction est doublement concernée par cet effet de sens; d'un côté elle doit l'assigner tel qu'en lui-même, de l'autre elle doit le traduire. (Auroux, 1979, p.286-287)

Por um lado, deve-se, então, garantir o termo e, por outro, deve-se traduzi-lo. Ainda, segundo Auroux:

Une conclusion s'impose immédiatement: la traduction met en évidence une scission fondamentale entre figuration et signification. Nous nommons signification d'une expression une idée qui comme b est désignée par cette expression à la suite d'un processus de figuration. (...) Dans une langue donnée, les figures sont différentes façons de présenter une même pensée qui lui confèrent des qualités adjacentes [ao qual conferimos qualidades adjacentes]. Dans des langues différentes, les différences de figuration, c'est-à-dire l'arbitraire sémantique, sont également différentes façons de présenter le savoir vrai du monde, qui donnent a ces langues leur visage particulier et leurs qualités propres. [Ou seja]: l'arbitraire demeure l'accidentel et l'accessoire, contingence irréductible qui, constituant l'esprit ou le génie de chaque peuple, exprime pourtant une même raison universelle sous de teintes différentes. (...) Les figures ne sont pourtant pas sans effet sur la connaissance. (Auroux, 1979, p.288-289.)

É um belo enunciado produzido por Auroux este que propõe a razão universal pintada por tintas diferentes, que traz toda a força das questões que envolvem a significação do processo metafórico, notadamente quando se afirma que são as figuras que garantem as diferenças entre as línguas. Questões anunciadas e desenvolvidas por Dumarsais, pelos

enciclopedistas franceses, das quais estamos aqui, tentando tocar alguns pontos sensíveis, para, mais uma vez, tentar mostrar como o processo metafórico ultrapassa a questão do desvio, do afastamento e das divisões, nos caminhos constitutivos das relações sentido de linguagem.

Língua, metáfora e memória

Como ficariam então todas estas reflexões sobre o sentido metafórico trazidas agora para a produção das singularidades, quando se pensa a discussão da língua nacional no Brasil do início do século XX?

Na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento ou dos estudos históricos da enunciação, perspectiva na qual me coloco para refletir sobre a questão da significação na linguagem, *não há como falar de sentido sem falar de memória, ou falar de memória, sem falar de sentido*. Trabalhar essa espessura histórica da constituição de um saber sobre a linguagem é organizar, re-construir o passado, pois esta pode ser explicada na base das descrições e representações da construção do saber lingüístico em suas relações com os saberes sociais, de um ponto de vista histórico.

Esse movimento de trazer a história para os estudos da linguagem não se faz de maneira automática e imediata, mas aponta para uma compreensão e um estudo da constituição de saberes sociais. E esta compreensão sobre a natureza e o funcionamento da linguagem se faz, conforme S. Auroux, pelo processo de gramatização das línguas. Em suas palavras:

Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto. (Auroux, 1996, p. 13, já grafado em itálico no original.)

Se a linguagem se reconhece pelo estatuto das línguas e pelos saberes lingüísticos, a alteridade, esse (re)conhecimento da presença do outro na e pela linguagem acontece, inicialmente, a partir de um estatuto filológico e lexicográfico, pois:

(...) o florescimento do saber lingüístico tem sua fonte no fato de que a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um fato a resolver.

Nesse sentido, interessa-nos compreender como regularidades e diferenças importantes se apresentam no tratamento e no uso do português do Brasil.

Desse modo, para alcançar uma compreensão dos saberes sobre a língua, sem que a linguagem seja reduzida meramente a um meio de expressão de uma estrutura global das relações sociais e sim, como realidade histórica, memória discursiva acontecimento lingüístico, é preciso ter em conta o processo da gramatização, pois, como acima indicamos, para esse autor:

As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes lingüísticos são extremamente complexas. Pode-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literatização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contactos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medida, a anatomia ou a psicologia. (Auroux 1992: 28)

Pretendemos tomar esse assunto em sua dimensão histórica, ou seja, tentar compreender que práticas fizeram com que o sujeito, que não deixava sua identidade (de brasileiro) transparecer pela língua, passasse a se marcar no interior dos enunciados, através de inovações lingüísticas, como o aumento do uso de certas estruturas, que eram aceitas pela comunidade. Para isso, a compreensão do funcionamento do sentido metafórico é fundamental.

Passaremos então a destacar algumas metáforas que apareceram nos textos jornalísticos para verificar a construção da textualidade. De certo modo, poderemos perceber que, para os autores dos artigos jornalísticos do início do século XX, pertencer à mesma língua seria, nesse momento, a marca da extensão de uma mesma civilidade, significando que uma só língua seria compartilhada em terras diferentes. Como os filhos se estendem aos pais, a nação é então corpo jovem – “rebento da nacionalidade portuguesa, plantado e crescido noutra continente”, e a reforma, que fabrica as regras “em separado ou distintas das que prevalecem em uso corrente na antiga metrópole”, produz o corpo deformado, o “fruto pêco”, que não vingou. Essa atitude pode ser explicada como um “ardor da mocidade”. Efeitos dos jogos de identidade e representação numa política de línguas.

É interessante compreender como a metáfora–local modulada, organizada argumentativamente pela expressão referencial “no Brasil”, relativizando os efeitos de retórica na memória, aparece sustentando o dizer nas formulações desses autores, construindo os sentidos da identidade nacional. Então, estudar a língua inclui o estudo da forma como se produz conhecimento sobre a língua: foi o que busquei quando trabalhei os textos do jornal.

A língua no jornal

O jornal *O Estado de São Paulo* era, inicialmente, um periódico produzido pela elite letrada brasileira. Foi fundado em 1875, por um grupo de republicanos, liderados por Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos. Nessa época, chamava-se *A Província de São Paulo* e, só passou a ter a outra nomeação a partir de 1889, com a Proclamação da República.

Entre o final do século XIX e início do XX, o periódico era apresentado na forma de um caderno de seis a oito páginas, dividido em várias seções em que circulavam desde anúncios sobre temas variados, até traduções de romances franceses e artigos científicos. Ainda naquele momento, principalmente em fins do século XIX, havia toda uma ordem positivista que orientava as discussões dos articulistas e colaboradores menos freqüentes. Os enunciados que aparecem em seguida foram extraídos de artigos escritos por Oliveira Lima (um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, diplomata e, por vários anos, professor em Washington) e Silvio de Almeida (professor de língua portuguesa na Escola Normal, em São Paulo, e colaborador no jornal *O Estado de São Paulo*, por mais de uma década e meia).

A análise dos artigos nos permitiu verificar que a discussão sobre a língua nacional está posta, em um primeiro momento, pela ordem de uma naturalização, isto é, há um conjunto de metáforas que predicam a língua portuguesa no Brasil como um *corpo* que sustenta a nacionalidade daquele que aqui nasceu.

Apresentaremos, em seguida, a análise de algumas seqüências² extraídas de um artigo escrito por Oliveira Lima e de dois artigos assinados por Silvio de Almeida. O texto produzido pelo primeiro autor foi publicado em uma seção do jornal intitulada “Coisas Nacionais”, na qual ele escrevia regularmente; já Silvio de Almeida publicou seus textos na coluna “Divagações” por mais de uma década. Um estudo da designação dos nomes nas colunas diárias do jornal mostraria uma compreensão bastante interessante da linguagem e da significação, que, como bem sabem aqueles que trabalham as discursividades da língua, não é nem neutra nem transparente...

Voltemos então às seqüências que nos interessam. Como afirmamos anteriormente, trataremos, em primeiro lugar, dos enunciados produzidos por Oliveira Lima, transcritos como no original:

1. “O periodo de transição que atravessa no Brasil o portuguez transplantado, é certamente o que mais influe na geral imperfeição grammatical do momento actual: porquanto é curioso observar

que as questões da língua assumem proporções nacionais e um carácter grave, numa terra em que de ordinário se não escreve bem. (...) Por isto mesmo, para que taes imperfeições externas á não convertam numa deformação essencial, é que mais necessario se torna ter sempre presente o que Gonçalves Dias denominava o respeito devido ao genio da língua (...).”

2. “As alterações, assim, operarão superficialmente, mesmo sensivelmente, mas sem tocar nas fontes vivas e na estrutura íntima do idioma. A transformação inevitavel tem aliás de ser regrada para se não tornar anarchica, de ser paulatina para não se desmanchar na precipitação. Ao cabo poderá bem acontecer que affecte o fundo, naquelle genio da língua. Traduzindo este como traduz o carácter do povo, há de modificar-se afinal se o carácter, apresentar diferenciação notavel.”

3. A relação entre a língua e o carácter nacional é uma coisa inegavel, tanto que se conhece logo o escriptor que, escolhendo outro idioma para meio de transmissão dos seus pensamentos, deixa de lado o instrumento proprio e adequado á comunicação intellectual com o seu publico. A’s linguas correspondem pois certos predicados de raça ou de povo, ou por outra, estas qualidades refletem-se na expressão idiomatica.” (Oliveira Lima, *A Língua Portuguesa no Brasil - Coisas Nacionais*, *O Estado de São Paulo*, quinta-feira, 23/05/1907)

As considerações de Oliveira Lima sobre a mudança imposta pelo Acor-do ortográfico traziam a questão da modificação do corpo da língua como a não-aceitação da diferença, sob pena de condenarmos a sua estrutura. Da seqüência “1”, podemos extrair as seguintes expressões, todas relativas às transformações no “corpo” da língua: “imperfeição grammatical”, “imperfeições externas á não convertam numa deformação essencial”, ou ainda, “(...) produziremos uma deformação essencial se tocarmos as fontes vivas e a estrutura íntima do idioma.” Para o autor, a mudança deve ser “regrada para se não tornar anarchica, deve ser paulatina para não se desmanchar na precipitação.” Ele ainda formula a previsão do que, para ele, parece inevitável, como aparece no trecho final da seqüência “2”: “Ao cabo poderá bem acontecer que affecte o fundo, naquelle genio da língua. Traduzindo este como traduz o carácter do povo, há de modificar-se afinal se o carácter, apresentar diferenciação notavel.”

Ao contrário de Oliveira Lima, que em suas considerações sobre a língua nacional apresentava um tom mais brando, Silvio de Almeida era

mais ácido. Para ele, as simplificações, produto do Acordo ortográfico, eram: “aleijões” (seqüência 5) ou “fruto pêco” (seqüência 5); e, a própria Reforma era uma “cacografia” (seqüência 4) ou um “parto perdido” (seqüência 6) da Academia Brasileira de Letras (seqüência 6).

Vemos, então, como Silvio de Almeida, afetado pelos sentidos impostos pela reforma, se coloca em uma posição em que observa que a língua, nessa sua nova ordem, torna-se “fruto pêco”, que não vingou. Para o autor, uma língua define-se pelo uso, pela “força assimiladora dos povos que a falam”, e não por imposições, “por movimentos intempestivos” feitos pelos “imortais”.

Estas questões, embora se inscrevam a partir da epígrafe de “Divações”, servem para situar o trabalho de S.de Almeida na sua época e apresentar o problema de linguagem a que ele responde: a constituição de uma forma de pensar sobre a língua nacional em que a questão da unidade se mantém: pois ao mesmo tempo em que põe um modo de pensar sobre a língua que está constituído pela sua historicização em um outro território, em um novo espaço e em um novo tempo, está fortemente significado pelo desejo de manutenção de uma unidade com Portugal, pelo desejo de pertencer à mesma língua.

De certo modo, pertencer à mesma língua seria, nesse momento, a marca da extensão de uma mesma civilidade, significando que uma só língua seria compartilhada em terras diferentes. Como os filhos se estendem aos pais, a nação é então “corpo jovem” – “rebento da nacionalidade portuguesa, plantado e crescido noutra continente”, e a reforma, que fabrica as regras “em separado ou distintas das que prevalecem em uso corrente na antiga metrópole”, produz o corpo deformado, o “fruto pêco”, que não vingou. Efeitos dos jogos de identidade e representação numa política de línguas.

Mas há uma contradição fundamental em Silvio de Almeida: ao mesmo tempo em que não aceita a mudança, inclui a diferença pelo uso, quando incorpora em seu texto termos de línguas indígenas, como “pajés” e “tanga” (seqüência 4):

4. “Ninguém nega que – de parte uma ou outra assinalada excepção – na Academia Brasileira de Letras se reúne a fina flor da nossa mentalidade. Allí, como em solenne floresta, vivem, longe de profanos olhares, os insignes pagés da brava gente que a sabida Europa já considera – homens de frak e de chapéu de cocó, que não mais selvagens de tanga, de arco e flecha, e comedores de carne humana...(...)

Mas, seja qual for – e já reconheci que é muita – a autoridade de Academia de Letras, certamente que essa autoridade não acoberta,

nem pôde acobertar, a sua recente reforma orthographica, que do sempre caustico sr. Carlos de Laet mereceu o carregado nome de cacographia.(...)”

5. “As simplificações se confundem com aleijões, que feramente maltratam os nossos habitos visuaes; e não só reformam, mas tambem deformam a graphia do portuguez. Fruto pêco de tantas locubrações doutoraes foi a substituição de umas por outras incongruencias. Mas então é natural que a estas, novas e anomalas, prefiramos aquellas que o uso tolera e até consagra.

Exemplo dá-nos, eloquente, a propria natureza da conservação de certos orgams que perderam a sua primitiva função: elles não desaparecem de chofre; e o mesmo se pudera dizer de algumas letras, que ficam attestando na palavra o seu anterior esqueleto, mais complicado e possante.”

6. “Á refórma intempestiva que em má hora recebeu a consagração dos brahmanes academicos (pouco menos repulsiva, porém, mais illogica, do que a dos positivistas ou do barbeiro Nunes) mal pôde servir para augmentar a nossa désordem graphica, sob o especioso pretexto só agóra lembrado, de se pôr a escripta ao alcance dos ignorantes... Fundada, há tantos annos, a nossa academia, como certos animaes, perdeu o seu primeiro parto serodio, pois que se metteu a ensinar o povo como é que elle deve escrever errado...” (Silvio de Almeida, *DIVAGAÇÕES, O ESTADO DE SÃO PAULO*, Segunda-feira, 15/07/1907)

Em um artigo que foi publicado em 23 de setembro de 1907, Almeida produz uma divisão entre poder político e poder/saber filológico, a partir de elementos que fazem a particularização de seus sentidos num movimento que traz a inversão da metáfora do “corpo deformado”, trata-se então de metáforas que fazem uma passagem do corpo à língua, da língua ao corpo: a designação formula para a língua um sentido mais espiritual do que orgânico, como podemos verificar pelas considerações que o autor tece no penúltimo parágrafo de seu texto, transcrito pela seguinte seqüência:

7. “Foi, em grande parte, a conservação da estrutura vocabular, com as suas “superfluidades”, que permitiu achar no thesouro da linguagem, como em um sacrario, a alma das velhas gerações, essa alma que não morreu porque a escripta, principalmente, a perpetuou!”

Esta questão da divisão do corpo, ora mutilado, ora sacralizado retorna em seus textos, às vezes de maneira velada, às vezes de forma veemente, oferecendo-nos interessantes metáforas sobre a língua nacional, como se vê, por exemplo, nos segmentos que finalizam o artigo:

8. “Eu espero (alegrem-se os leitores!) não ter mais necessidade de ativar outra pá da terra sobre esse Monstro philologico que, já morto, saiu das entranhas primiparas da Academica.

Do necroterio scientifico, foi elle, em pedaços, para o cemiterio do passado, donde sairá talvez em alguma revista de anno ou nas allegorias do carnaval...” (Silvio de Almeida, *DIVAGAÇÕES, O ESTADO DE SÃO PAULO*, Segunda-feira, 23/07/1907)

De tão adulterado, modificado, deformado, o corpo torna-se “monstro”! Essa não aceitação da mudança imposta e a insistência, por um lado pela unidade e, por outro, pela evolução natural da língua, marcam as discussões que perpassaram o ano de 1907. O que elas nos mostram é que, no movimento dos sentidos, a metáfora local traz a possibilidade de compreender as oscilações entre o mesmo e o diferente, na discussão sobre os sentidos da língua nacional. A escola, o solo, a terra funcionam na construção da referência no acontecimento (Guimarães, 2002) para os sentidos da língua nacional. O povo, em todas as suas articulações com outros nomes (“almas”, “selvagem”, “estrangeiro”), reescreve o sujeito nacional. Portanto, é através de um jogo entre metáforas locais (*a língua é esteio, é corpo que sustenta e/ou deforma a nacionalidade*), no processo metafórico, que se funda um espaço próprio para significação na/da língua³. É através do duplo jogo – entre metáfora local e processo metafórico – que encontramos um sujeito efeito da linguagem, um sujeito que significa pela divisão, pela desestabilidade na ordem do acontecimento.

Conclusão

Na última década, vários estudos sobre a gramatização brasileira do português mostraram como as questões que envolvem a língua colocam fortemente o problema da unidade nacional e o da diversidade regional.

A retomada das metáforas construídas nos textos dos escritores no jornal republicano produz um efeito de memória que consiste em reescrever o discurso da unidade nacional (e trans-nacional) em um momento histórico no qual a identidade é colocada pelo mesmo movimento que suspende a diversidade. E isso é o jogo da língua que opera; um jogo político e não etimológico.

Trata-se de uma guerra velada entre “estar no mesmo” e “significar o diferente”, cujo horizonte é a política: uma política de línguas que suspende a diversidade para significar na unidade. Trata-se de um corte fundamental que inaugura a nacionalidade, cujos sentidos não escapam aos contemporâneos, os jornalistas republicanos, em um momento e em um lugar particulares: um jornal paulista do início do século XX.

Assim, a análise dos textos publicados no jornal põe em evidência o gesto de escrita desses autores que ultrapassa as reflexões dos discursos legitimados sobre a língua. O gesto de escrita no jornal marca a forma de inaugurar um pensamento sobre a língua que a relaciona não só com seus movimentos internos, mas com a exterioridade: a língua no jornal vem “carregada de exterioridade”.

Finalmente, é interessante notar como a constituição das metáforas de referência nos textos produzidos/publicados no jornal produz uma forma de compreensão para esse período da gramatização brasileira do português, pois mostra a inauguração de um gesto de escrita que ultrapassa as evidências das reflexões nas falas estabilizadas sobre a língua: um gesto que marca a história cotidiana desses atores ordinários e a sua relação com a língua em uma lógica do texto que produz um pensamento sobre esse conceito em um momento e em um espaço em que a idéia de nação se estabelece. Nesse sentido, o Acordo Ortográfico de 1907 apresenta certo número de pontos significativos com relação à língua em sua unidade: mostra como a elaboração de um movimento de reforma coincide com um momento de engajamento teórico e de crise de legitimidade, pois sublinha como as decisões teóricas fundamentais sobre a língua tomadas por uma comissão marcam a elaboração de uma metalinguagem concebida como instrumento decisivo na história da constituição do sujeito nacional.

Notas

1. *Este artigo resulta de projeto de pós-doutorado financiado pelo Acordo CAPES/COFECUB (BEX1631/06-3) e desenvolvido no Laboratório ENS-LSH: TRIANGLE – UMR 5206 em Lyon.
2. Uma análise mais detalhada destas e de outras seqüências encontra-se em: JOANILHO, M.P.G. (2005) *As metáforas da língua nacional*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. (inédita)
3. Para a distinção entre *metáfora local* e *processo metafórico*, ver Joanilho (2005).

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. (1979) *La sémiotique des encyclopédistes*. Paris: PUF.
_____. (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP. (Tradução de Eni Puccinelli Orlandi)

- DÉTRIE, C. (2001) *Du sens dans le processus métaphorique*. Paris: Honoré Champion.
- DUMARSAIS, C. (1988) *Des tropes ou des différents sens*. Paris: Flammarion. (Présentation, notes et traduction: Françoise Douay – Soublin).
- GUIMARÃES, E. (1995) *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1996) “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira”. In: *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes.
- JOANILHO, M.P.G. (2005) *As metáforas da língua nacional*. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP: Campinas. Tese de doutorado (inédita).

Palavras-chave: metáfora, sentido, língua nacional, enunciação

Key-words: metáfora, sentido, língua nacional, enunciation